



# EDUCAÇÃO JÁ!

---

**Política Nacional  
de Alfabetização  
pautada no regime  
de colaboração**



TODOS  
PELA  
EDUCAÇÃO

Em parceria com:



instituto  
natura

# AGENDA

- 1 Contexto / Diagnóstico**
- 2 Proposta para o governo federal 2019-2022**
  - 2.1 Mudanças normativas recomendadas/possíveis**
  - 2.2 Estimativa orçamentária**
  - 2.3 Os primeiros passos**

**1**

**CONTEXTO / DIAGNÓSTICO**

# Panorama da Alfabetização no Brasil

O cenário da alfabetização no Brasil é muito crítico.

**Metade** das crianças brasileiras terminam o 3º ano do Ensino Fundamental sem estarem plenamente alfabetizadas.



# Panorama da Alfabetização no Brasil

O cenário da alfabetização no Brasil é muito crítico.

Dentre os alunos concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental (8-9 anos de idade)...

**55%** possuem em níveis insuficientes em leitura.

**54%** possuem em níveis insuficientes de matemática.

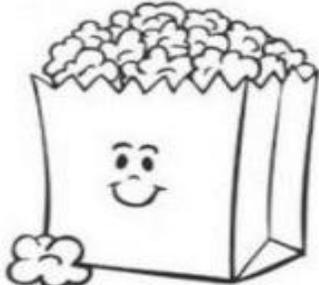
**34%** possuem em níveis insuficientes de escrita.

# Panorama da Alfabetização no Brasil

O cenário da alfabetização no Brasil é muito crítico.

No nível insuficiente, as crianças não acertam questões como essas:

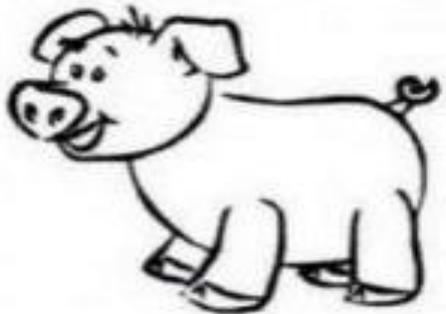
Veja a figura:



Faça um X no nome da figura

- (A) PIJAMA
- (B) PILOTO
- (C) PIPOCA
- (D) PIRATA

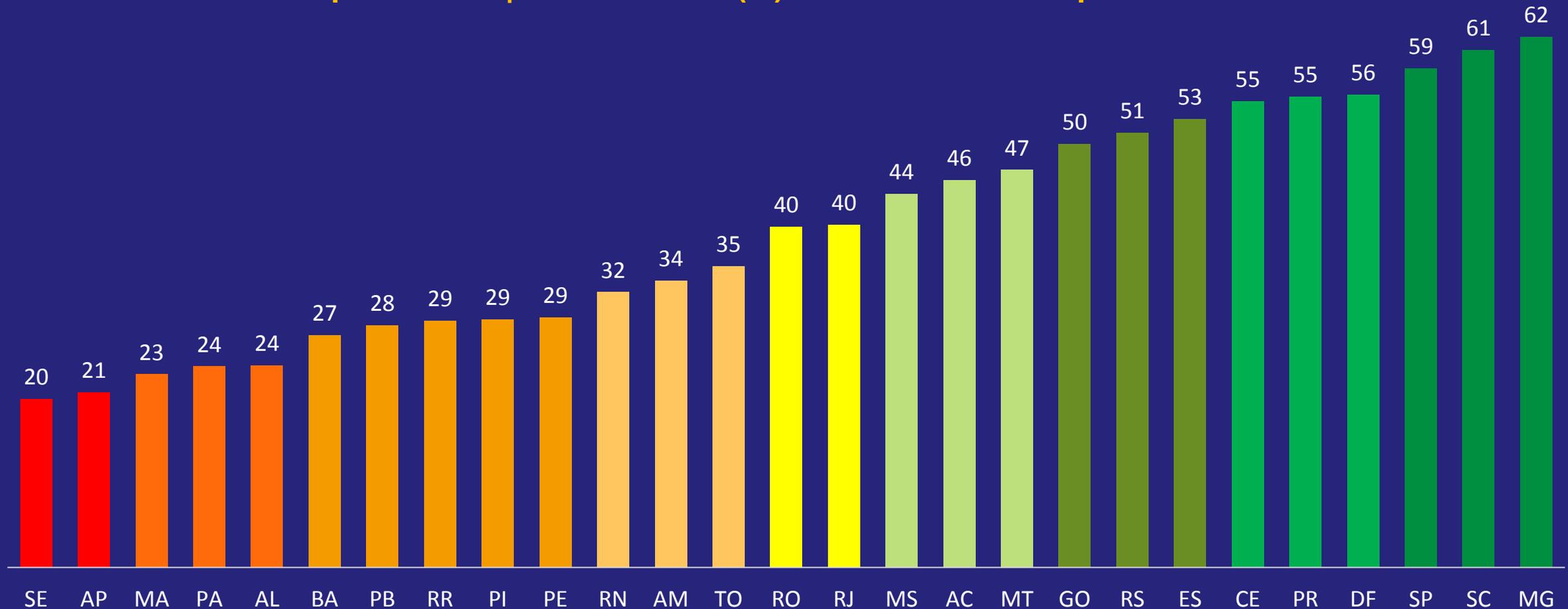
Questão 2: Escreva o nome da figura.



po. \_\_\_\_\_

# Panorama da Alfabetização no Brasil

Resultados ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização)  
por Estado | Leitura 2016 - (%) nível suficiente de proficiência



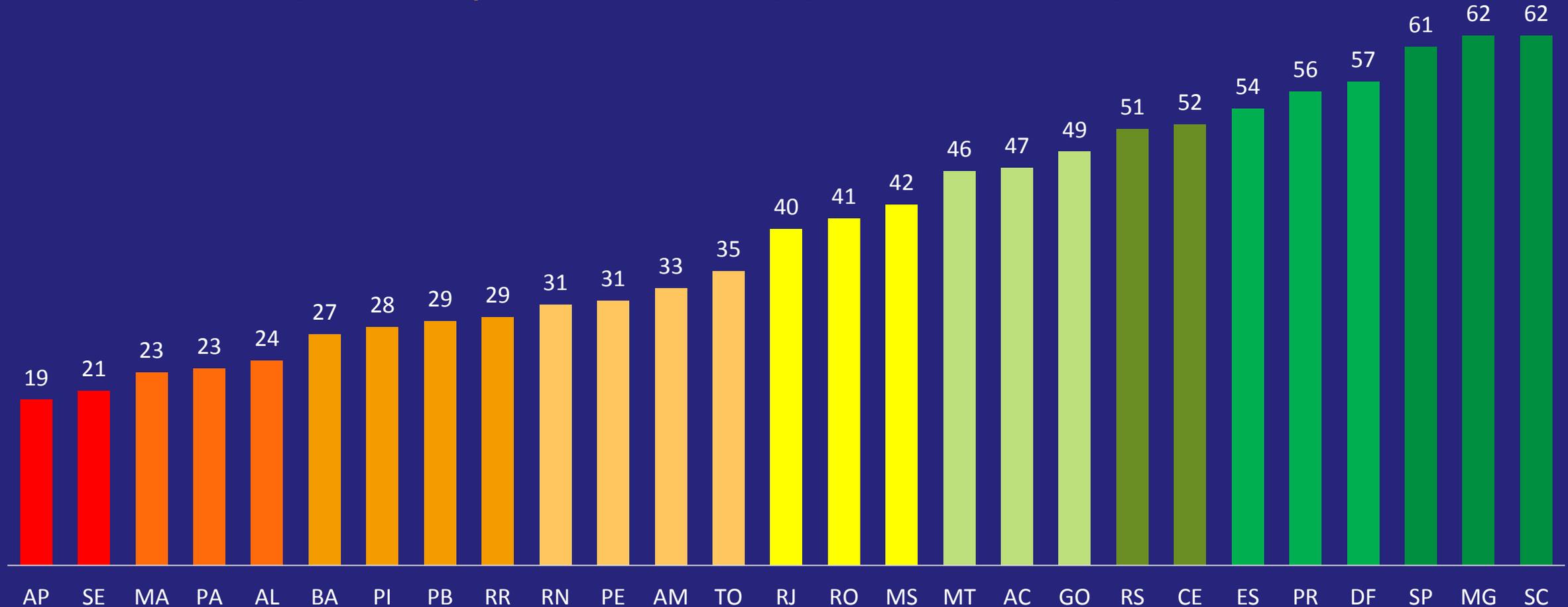
Pontuação  
mais baixa



Pontuação  
mais alta

# Panorama da Alfabetização no Brasil

Resultados ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização)  
por Estado | Matemática 2016 - (%) nível suficiente de proficiência



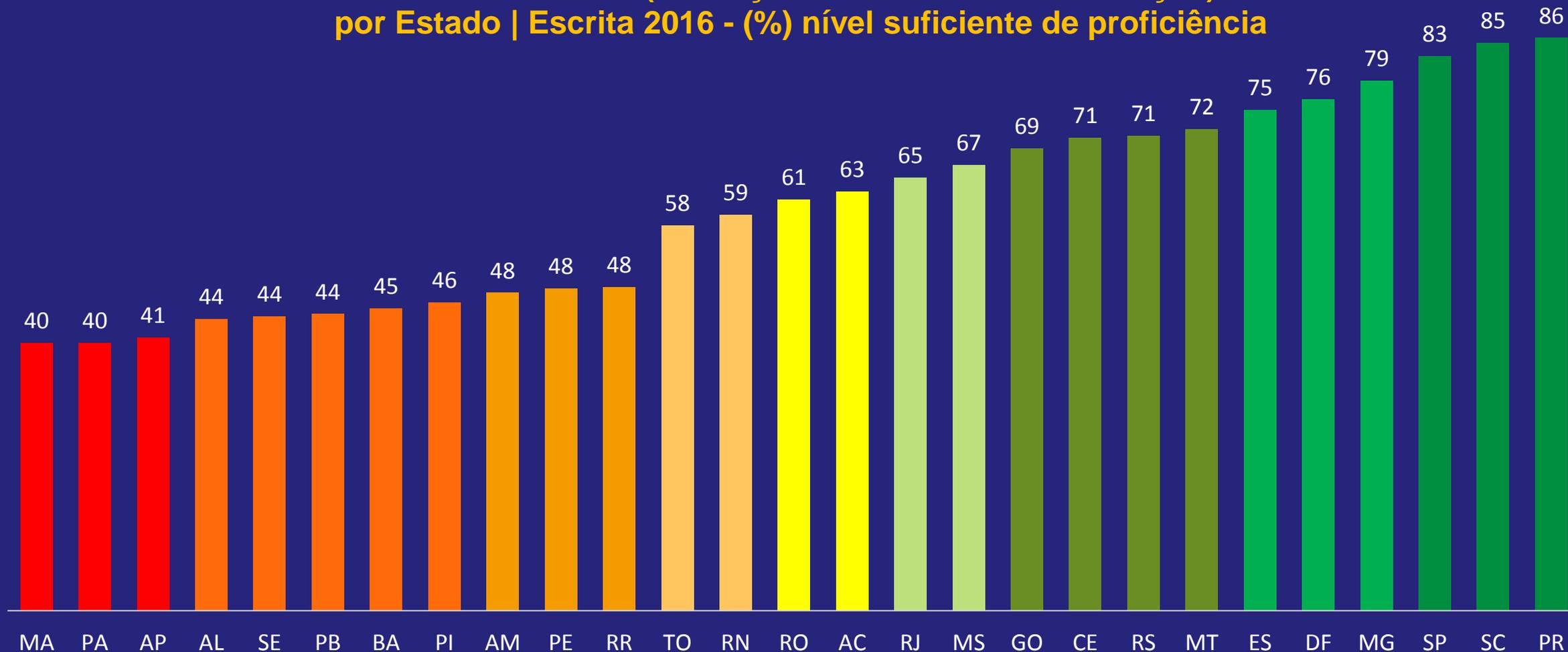
Pontuação  
mais baixa



Pontuação  
mais alta

# Panorama da Alfabetização no Brasil

Resultados ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização)  
por Estado | Escrita 2016 - (%) nível suficiente de proficiência



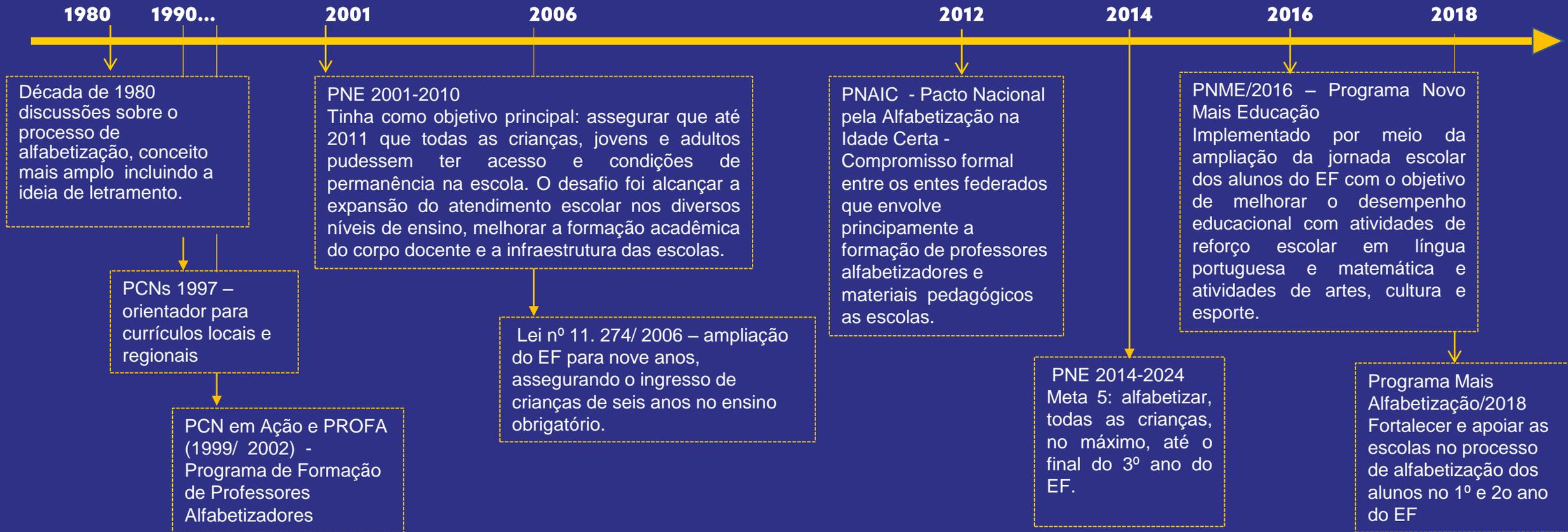
Pontuação  
mais baixa



Pontuação  
mais alta

**Dado esse cenário, o que o  
Brasil tem feito para  
melhorar e promover a  
alfabetização das crianças  
na idade certa?**

# Há décadas o Brasil vem estabelecendo políticas nacionais em prol da alfabetização



# Uma das maiores iniciativas nacionais recentes foi o PNAIC



O **PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** foi um programa criado em 2012 pelo Governo Federal, em parceria com os Estados e os Municípios para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”.

- O PNAIC foi **inspirado no PAIC** (Programa de Alfabetização na Idade Certa) do Ceará, que será apresentado adiante.
- Na sua concepção, o programa era baseado em **quatro principais pilares**:
  1. **Formação continuada** de professores alfabetizadores: cursos presenciais com o **apoio das universidades públicas** nacionais.
  2. **Materiais didáticos e pedagógicos**: disponibilizados para alunos e professores.
  3. **Gestão, controle e mobilização social**: implementação de um sistema de gestão para o monitoramento das ações e implementação das etapas do Pacto.
  4. **Avaliações**: acompanhamento dos resultados do Pacto nas escolas participantes.



# Uma das maiores iniciativas nacionais recentes foi o PNAIC



- O PNAIC, no entanto, **não apresentou impacto relevante** nos índices de alfabetização das crianças brasileiras. Por exemplo, em 2014 o percentual de alunos que obtiveram um nível de proficiência considerado satisfatório para leitura era de 44%, e em 2016 esse índice ficou em 45%.
- **Parte das críticas** recebidas pelo programa se deu pela **forma em que a formação continuada dos professores era recebida**: diretamente pelas universidades públicas, sem necessariamente dialogar com as políticas já existentes das secretarias de educação.
- Além disso, **na prática, nem todos os eixos do programa foram bem implementados**. O maior foco do Pacto foi em formação dos professores e distribuição dos materiais, porém os **eixos de avaliação e gestão não tiveram tanta ênfase**.



# Em 2018, Ministério da Educação lançou mais um programa para a alfabetização na idade certa



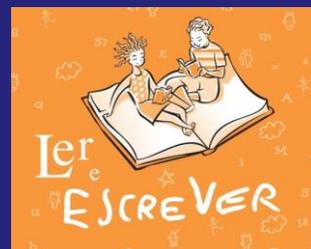
- Mesmo com a implementação do PNAIC em 2012, os resultados de alfabetização demonstrados dos alunos brasileiros permaneceram em níveis críticos, conforme já apresentado.
- Para tentar responder a esse desafio, o MEC cria, em 2018, o **Programa Mais Alfabetização (PMALFA)**.
- O PMALFA é implementado durante o 1º e 2º ano do ensino fundamental e o MEC apoia as escolas na contratação de um assistente de alfabetização que irá apoiar o professor alfabetizador. Este apoio, pode variar entre cinco horas semanais (escolas não vulneráveis) ou dez horas semanais (escolas vulneráveis).
- Além da contratação do assistente de alfabetização, o apoio técnico do MEC também é realizado por meio de processos formativos para as redes e por meio da disponibilização de um sistema de gestão para redes prioritárias. O apoio financeiro às unidades escolares para as despesas de custeio do PMALFA é via Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.
- O programa está em andamento e, por ser recente, ainda não tem seu impacto avaliado.

**Para repensar a atuação federal, é importante reconhecer que alguns Estados construíram seus próprios programas e melhoraram seus resultados de alfabetização.**

## **Iniciativas Estaduais de Destaque**



Minas Gerais:  
Programa de  
Intervenção  
Pedagógica (PIP) -  
2007



São Paulo:  
Programa Ler e  
Escrever - 2007

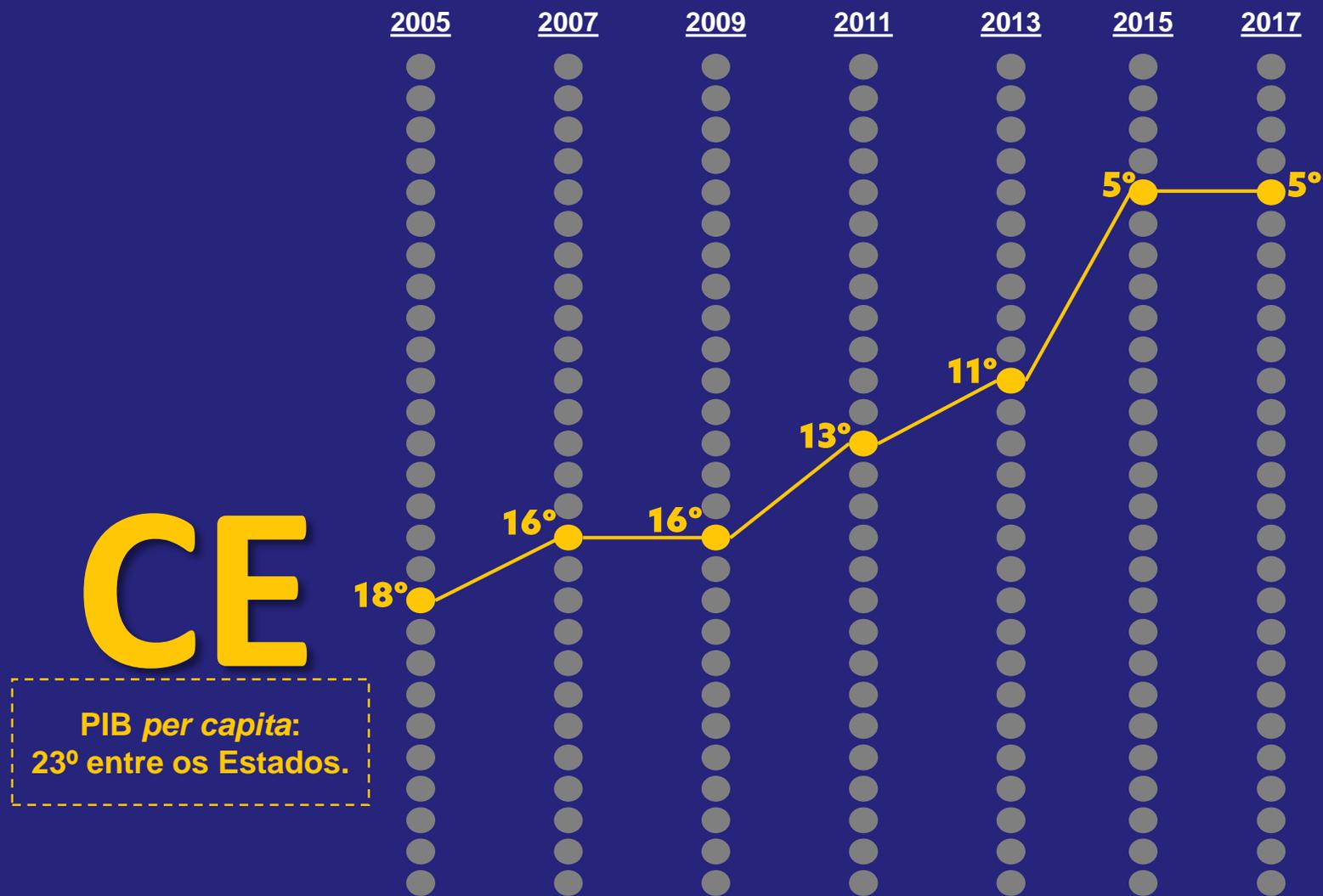


Ceará: Programa  
de Alfabetização na  
Idade Certa (PAIC)  
- 2007

**Dentre esses programas, o PAIC do Ceará destaca-se, sobretudo, por sua continuidade e avanço contínuo do Estado nos últimos anos.**

# O caso do Ceará: Os resultados do Ceará no Ideb avançaram significativamente desde 2009

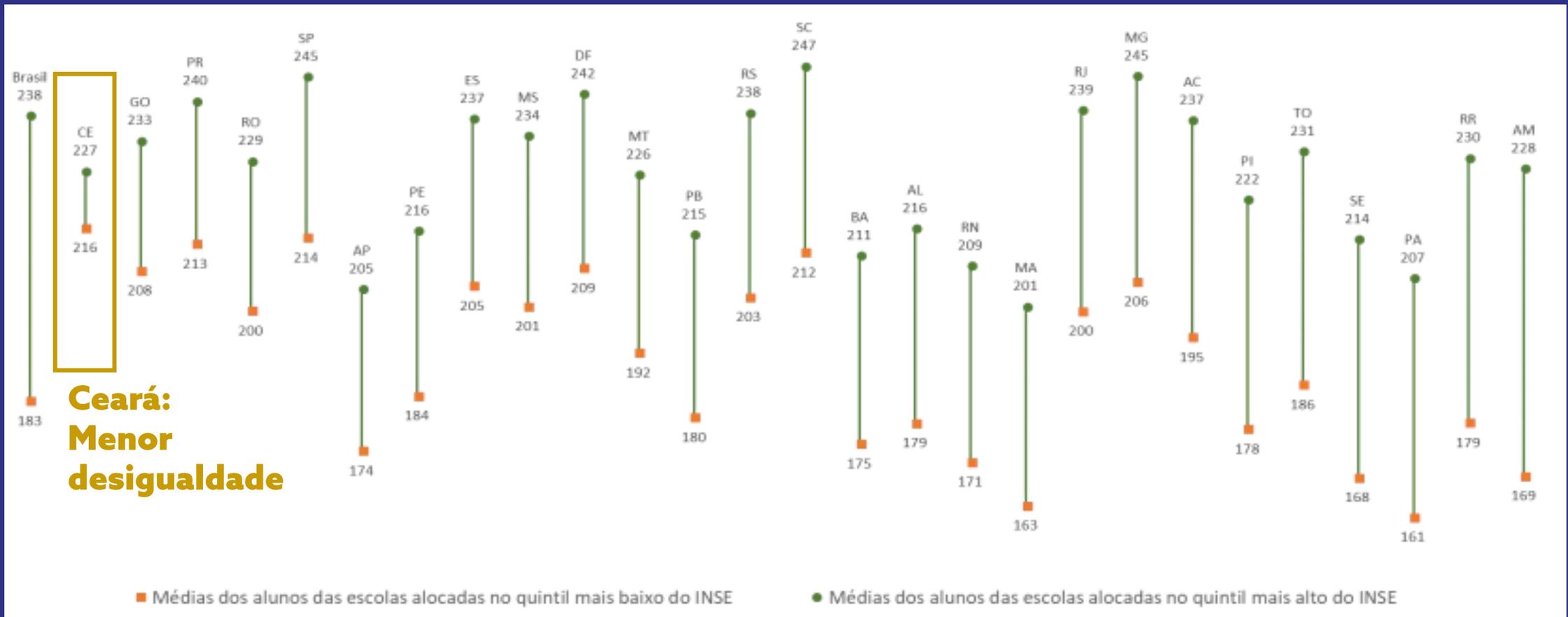
Evolução do Ideb no Estado do Ceará – Rede pública – anos iniciais



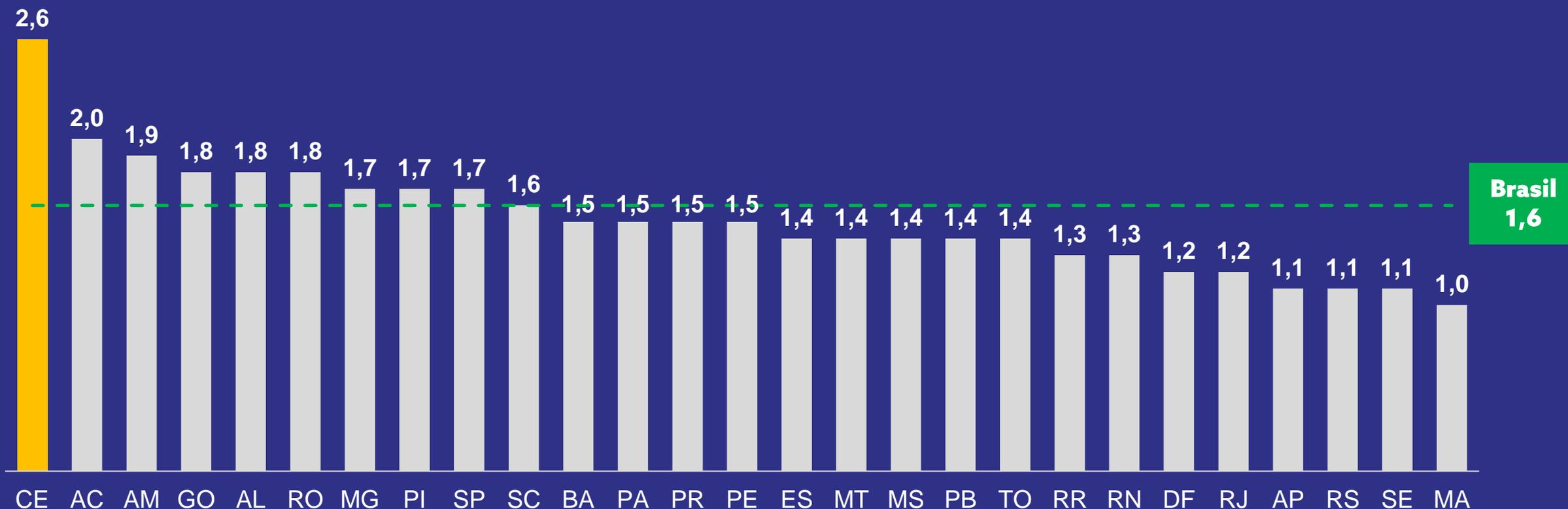
Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais  
Nota: Em caso de mesma nota em relação a outro Estado, foi considerada na ilustração a melhor posição.

# O caso do Ceará: Foco em equidade: o Ceará tem a menor desigualdade nos resultados entre níveis socioeconômicos

DESIGUALDADES DE APRENDIZAGEM CONSIDERANDO O NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS  
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA - 2017



# O caso do Ceará: A rede pública do Ceará teve a maior melhoria em termos absolutos do IDEB dos anos iniciais do EF entre 2007 e 2017



# O caso do Ceará:

## o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)



- **Por trás desse grande avanço** nos resultados educacionais do Ceará está o **Programa de Alfabetização na Idade Certa, o PAIC.**
- O PAIC articulou um **conjunto de esforços** entre as redes estadual e municipais, por meio de um **trabalho coordenado pelo Governo Estadual.**
- **O foco** do PAIC está em **melhorar a gestão municipal e escolar, direcionando-as à aprendizagem** das crianças.
- O Programa foi lançado em 2007 e contou com a **adesão de todos os 184 Municípios.** O apoio oferecido pelo governo do Estado aos Municípios estabelece uma **série de ações interligadas para que a alfabetização aconteça.**

# O caso do Ceará:

## o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)



- **Uma das primeiras providências** tomadas pelo Governo Estadual no PAIC foi a **criação da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (Copem)** na Secretaria de Educação: pessoal e orçamento próprios para viabilizar e **fortalecer o regime de colaboração** entre o Estados e os Municípios.
- Como extensão regional da Copem, foram **implantados Núcleos Regionais de Cooperação com os Municípios (NRCOMs)**, com equipes responsáveis pelo **apoio e acompanhamento dos Municípios**.
- Assim, o **governo estadual assumiu a responsabilidade** do Estado pela alfabetização dos alunos e **chamou Municípios e escolas a assumirem as suas. Premissa básica** era que os **Municípios eram capazes** de gerar redes de ensino eficazes, e para isso era **preciso consolidá-los tecnicamente**.

# O caso do Ceará: o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)



- Foi estabelecido um **conjunto de diretrizes em 5 eixos para referenciar o trabalho dos Municípios. O Governo Estadual apoiava**, então, a definição dos **planos de trabalho e o acompanhamento** das ações das secretarias municipais.

## Gestão Municipal de Educação

1. Elevar o Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental para 6,0.
2. Atender a 100% das crianças de 6 a 14 anos de idade.
3. Reduzir o abandono e a evasão escolar para 0% nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
4. Reduzir o abandono e a evasão escolar para 0% nas séries finais do Ensino Fundamental.
5. Corrigir o fluxo escolar.
6. Nuclear as escolas (vinculação de escolas pequenas, geralmente situadas na zona rural, a uma escola maior e mais bem estruturada tecnicamente).
7. Cumprir os 200 dias letivos e as 800 horas-aula.
8. Fortalecer a autonomia das escolas.
9. Definir política de acompanhamento das escolas da rede municipal.
10. Definir critérios técnicos para o processo de seleção de gestores escolares com priorização do mérito.
11. Favorecer a revisão dos planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal de forma a priorizar o professor alfabetizador de crianças a partir de critérios de desempenho e contemplar o piso salarial, a carga horária e o incentivo para a função docente.
12. Estabelecer uma política de formação de professores continuada e em serviço.
13. Definir critérios para a contratação de professores focados no mérito.

## Avaliação externa

1. Disseminação da avaliação externa no Município como ferramenta para definição de políticas.
2. Estruturação de equipe de avaliação externa na Secretaria Municipal de Educação.

## Alfabetização

1. Alfabetizar 100% das crianças até o final do 2º ano, com comprovação por meio do Space-Alfa.
2. Alfabetizar os alunos não alfabetizados do 3º ao 9º ano.

## Formação do leitor

1. Implementar cantinhos de leitura em 100% das salas de aula do 1º e 2º ano.
2. Acompanhar 100% das crianças de 1º e 2º ano para que leiam, no mínimo, cinco títulos de literatura infantil a cada ano letivo

## Alfabetização

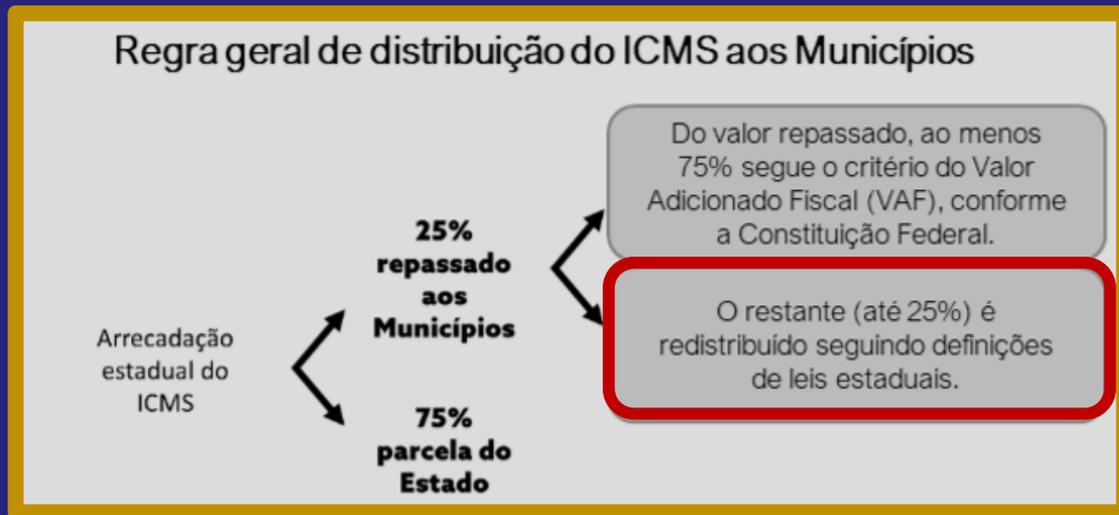
1. Ampliar o atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade.
2. Atender 100% das crianças de 4 a 5 anos de idade.

# O caso do Ceará:

## o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)



- Um fator que teve grande relevância para o PAIC ganhar força nos Municípios foi a alteração da legislação que normatiza os **critérios de distribuição da cota-parte dos Municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**.



### Distribuição no Ceará após Lei 14.023 (17/12/2007)

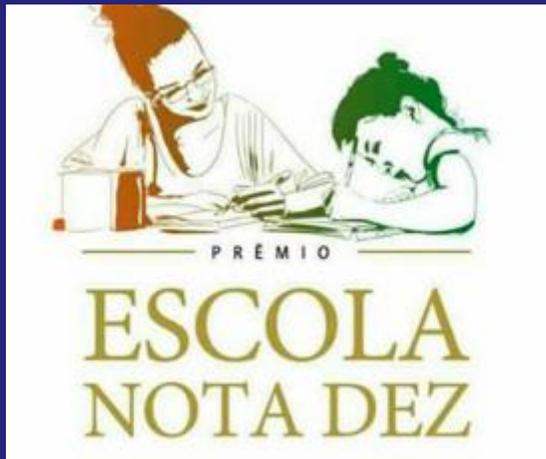
- **18% em função do Índice de Qualidade em Educação (IQE);**
- 5% de acordo com o Índice de Qualidade em Saúde (IQS);
- 2% segundo o Índice de Qualidade em Meio Ambiente (IQM).

# O caso do Ceará:

## o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)

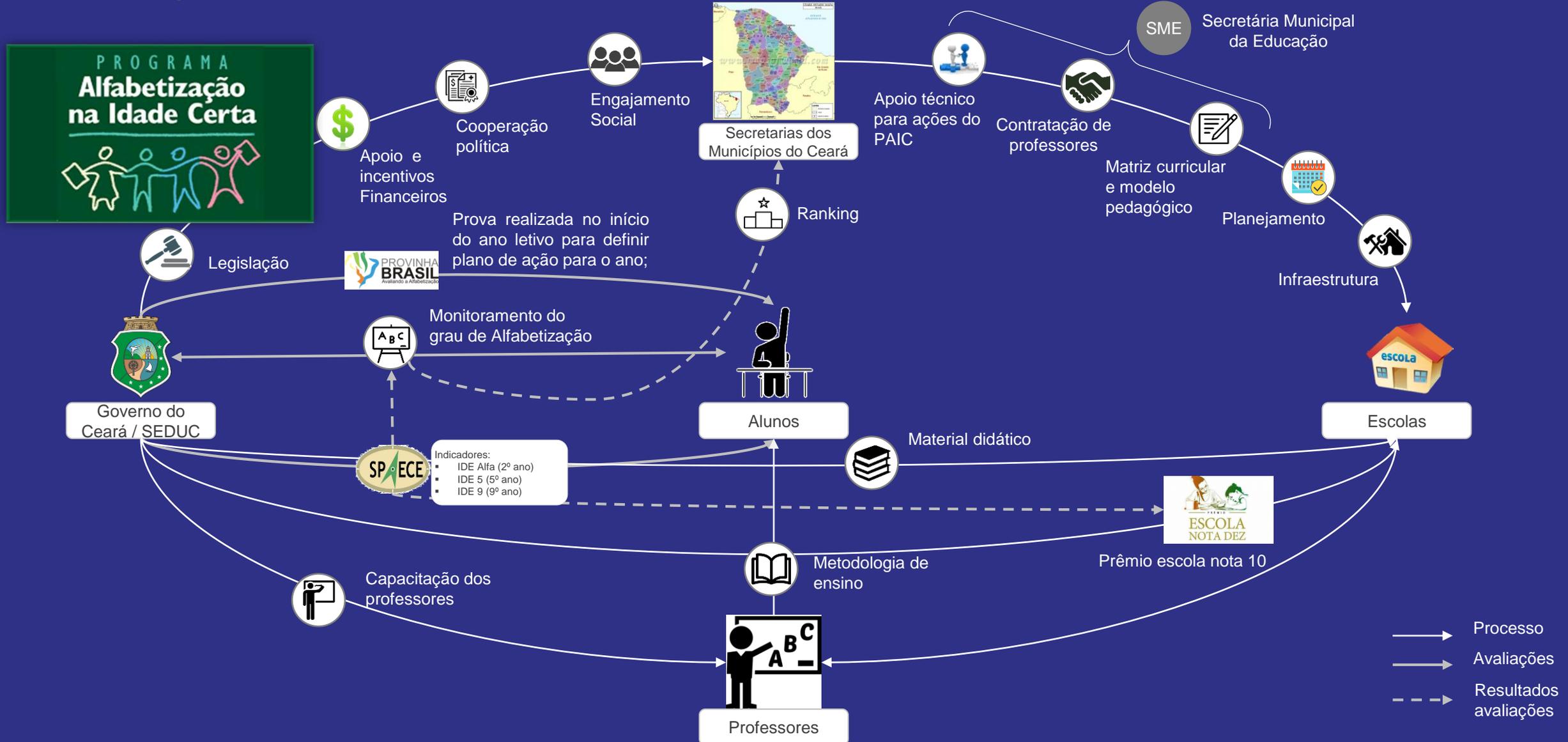


- Encaixa-se perfeitamente nessa linha de “competição administrada” **outro mecanismo** de indução financeira adotado no Ceará: **o Prêmio Escola Nota Dez**, que premiava as escolas com melhores resultados em alfabetização.



- A escola premiada ganha um auxílio por aluno que é recebido em **duas parcelas: a primeira de 75%** do total e **a segunda de 25%**, mediante a elaboração de um plano de aplicação dos recursos e a celebração de um **termo de cooperação técnico-pedagógico com uma entre as de resultado mais baixo** do Estado.
- Todo ano é feita uma **cerimônia de premiação das melhores escolas** contando com a presença do governador, do ministro da Educação ou representante, deputados, prefeitos, secretários de Estado, secretários municipais de Educação e equipes técnicas da SEDUC e das secretarias municipais de Educação.

# O caso do Ceará: o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)



# O caso do Ceará: Fatores de Sucesso do PAIC



Estudos já apontaram os principais fatores do PAIC que garantiram seu sucesso no avanço dos resultados educacionais com equidade:



# O caso do Ceará:

## Fatores de Sucesso do PAIC nas fases do programa

### Principais fatores de sucesso do PAIC

	 <b>Recursos Pedagógicos Essenciais</b>	 <b>Monitoramento e Avaliação</b>	 <b>Cooperação e Incentivos</b>	 <b>Governança Participativa</b>	 <b>Engajamento pelo Diálogo</b>	 <b>Compromisso Técnico e Político</b>
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir currículo</li> <li>Selecionar e elaborar material didático</li> <li>Planejar formações envolvendo Estado e Municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer sistema estadual de monitoramento e avaliação da aprendizagem dos alunos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planejar mecanismos de incentivos e cooperação (ex. Escola Nota 10, ICMS, bônus)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinar termos de parceria entre Estado e Municípios</li> <li>Estabelecer e realizar governança interna governos estadual e municipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer diálogo entre Estado e Municípios</li> <li>Envolver os Municípios no planejamento e primeiras etapas do regime de colaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer critérios exclusivamente técnicos para pessoas chave</li> </ul>
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar formações de professor e outros profissionais da educação</li> <li>Distribuir material didático</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar fluxo de comunicação dos resultados das avaliações</li> <li>Estabelecer plano de metas compartilhadas e flexíveis para todos os atores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e aprovar PL dos mecanismos de cooperação e incentivos</li> <li>Implantar mecanismos de cooperação e incentivos de acordo com leis aprovadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar realização de todos os rituais e fluxos da governança planejada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar eventos de engajamento e compartilhamento de resultados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer critérios exclusivamente técnicos para os atores do regime de colaboração</li> <li>Envolver alta gestão do Estado nas ações do regime de colaboração</li> </ul>
Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar continuamente o processo de formação e dos materiais didáticos de acordo com os resultados obtidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar plano de metas de acordo com os resultados</li> <li>Aprimorar o sistema de avaliação e monitoramento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar mecanismos de cooperação e incentivos de acordo com o efeito que eles têm no atingimento das metas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar continuamente realização da governança participativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar continuamente envolvimento de todos os atores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisar continuamente o grau de compromisso técnico e político envolvido</li> </ul>

**A partir do contexto brasileiro e dos fatores de sucesso já identificados em programas que tiveram êxito em diferentes contextos...**

**Como o Governo Federal pode induzir melhorias nos resultados de alfabetização no Brasil?**

# Um quadro comparativo entre o PAIC e o PNAIC é importante para repensarmos as iniciativas federais

FATORES DE SUCESSO x METAS/ESTRATÉGIAS		PAIC (Ceará)	PNAIC (Brasil)
<b>Fortalecimento da Aprendizagem</b>	Promoção da leitura nas séries iniciais	✓	✓
	Currículo	✓	✗
	Formação professores e gestores	✓ <sup>1</sup>	✓ <sup>2</sup>
	Produção e uso de materiais de alfabetização desenvolvidos para o programa para alunos	✓	✗
	Produção e uso de materiais de alfabetização desenvolvidos para o programa para professores	✓	✓
	Extensão para etapa de EI	✓	✓
<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Sistema de avaliação	✓	✓
	Fluxo de comunicação dos resultados	✓	✗
	Estabelecer plano de metas	✓	✓
<b>Cooperação e Incentivos</b>	Mecanismos de incentivo e colaboração	✓	✗
	Programa de recompensa financeira	✓	✗
	Política de suporte financeiro	✓	✓
<b>Governança Participativa</b>	Fortalecimento regionalização dos Municípios	✓	✗
	Governança bipartite entre Estado e Municípios	✓	✗
	Definição da estrutura da política colaborativa e seus fluxos	✓	✗
	Mobilização e engajamento da comunidade	✓	✗
<b>Engajamento e Diálogo</b>	Diálogo entre Estado e Municípios	✓	✗
	Envolvimento Municípios desde os primeiros planejamentos	✓	✗
	Eventos de engajamentos e comunicação resultados	✓	✗
<b>Compromisso Técnico e Político</b>	Critérios técnicos para definição de pessoas chaves	✓	✗
	Envolvimento da alta gestão do Estado	✓	✗

<sup>1</sup>Universidade -> Formadores SEE -> Formadores Regionais -> Professores

<sup>2</sup>Apenas Professores via Universidade

**2**

**PROPOSTAS PARA O  
GOVERNO FEDERAL 2019-2022**

# Premissas para a Política Nacional de Alfabetização

- O **MEC** deve ter um **papel de indução e apoio** às ações de alfabetização na idade certa, mas **não de execução direta**.
- **Estados e Municípios devem ser os protagonistas** das ações de alfabetização na idade certa, por meio de uma governança participativa e cooperativa.
- Os **governos estaduais têm papel central** para o avanço dos índices de alfabetização em seu território, especialmente no que tange a coordenação e apoio.
- A **política nacional será baseada nos fatores críticos de sucesso identificados** em programas estaduais que tiveram êxito (PAIC em especial).

# A proposta:

## Política Nacional de Alfabetização



Instituição de uma política nacional com vistas a **induzir os Estados a estabelecerem junto aos Municípios uma política de alfabetização em regime de colaboração** visando alfabetizar os alunos da rede pública de ensino até o final do 2º ano do ensino fundamental.



A **indução do Governo Federal se dará por meio de transferência de recursos** às Secretarias Estaduais de Educação - SEE que aderirem à política em parceria com as Secretarias Municipais do respectivo Estado.



A política estabelecerá uma série de **ações a serem realizadas pelas Secretarias** que aderirem à política. Essas ações **condicionam o recebimento de verbas** do Governo Federal.



As ações a serem realizadas pelas Secretarias em regime de colaboração estão **ancoradas nos fatores de sucesso identificados em programas nacionais que já obtiveram êxito** no avanço dos resultados de alfabetização.



A política deve ter **prazo previsto longo a partir da adesão** (ex. 10 anos), considerando o tempo necessário para sua **implantação, seu acompanhamento e a mensuração** dos resultados alcançados.

# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização



**Estrutura da Política**



**Critérios de Elegibilidade e Adesão**



**Governança**



**Monitoramento e Avaliação**



**Financiamento**

# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização



**Estrutura da Política**



**Critérios de Elegibilidade e Adesão**



**Governança**



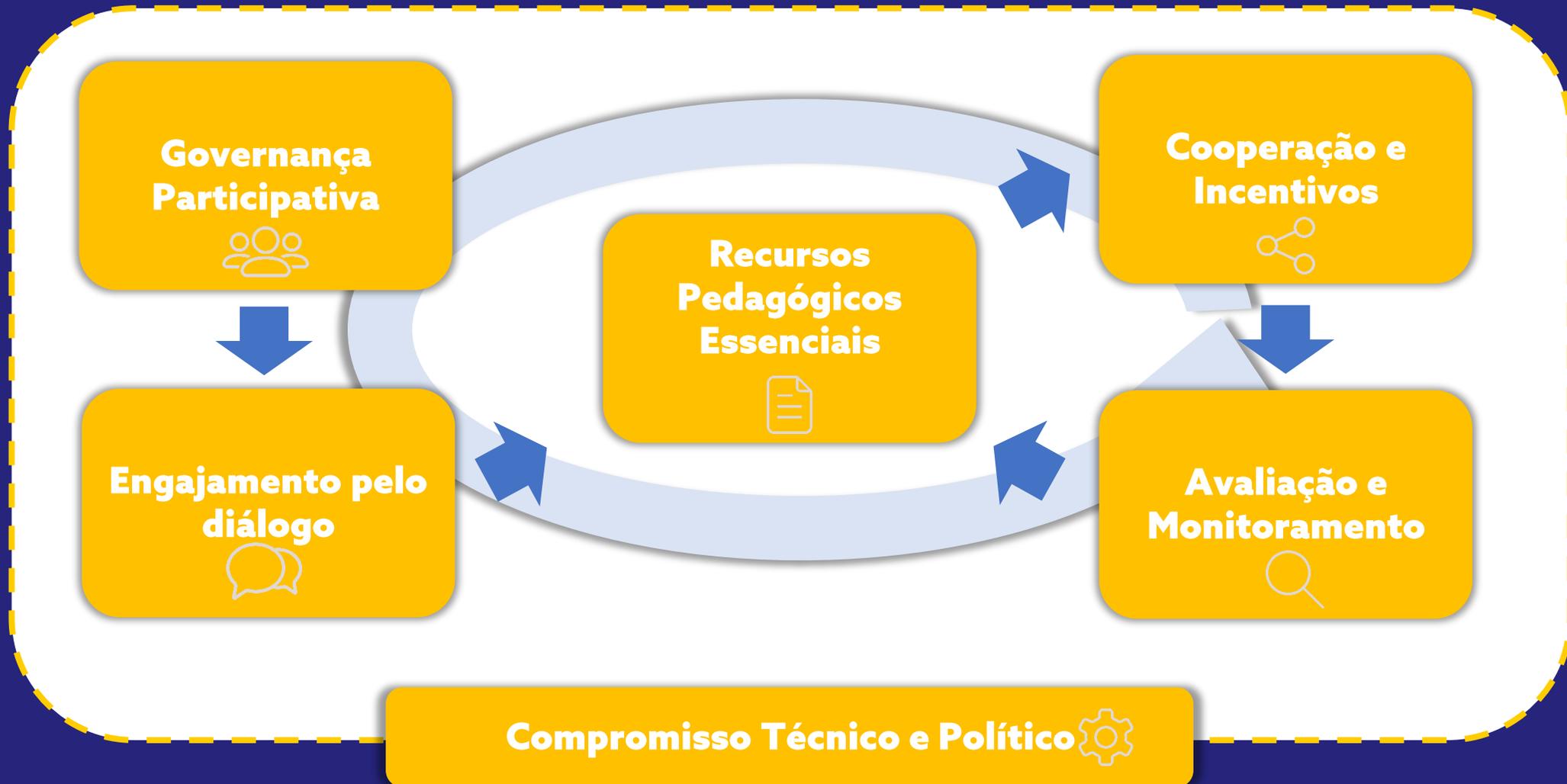
**Monitoramento e Avaliação**



**Financiamento**

# Estrutura da Política baseada nos 6 fatores de sucesso

A política nacional de alfabetização está ancorada em 6 eixos, correspondentes aos fatores de sucesso já identificados em outras políticas.



# Os eixos da Política se desdobram em frentes de trabalho que serão executadas nos Estados e Municípios, com o apoio do Governo Federal

## 1 Diagnóstico da situação atual e plano de trabalho

- **Diagnóstico:** Mapeamento da situação atual de alfabetização (resultados, desafios, oportunidades)
- **Plano de trabalho:** a partir do diagnóstico, elaboração de ações para mudança do cenário atual

## 2 Desenvolvimento pedagógico

- **Gestão pedagógica:** constituição de uma equipe pedagógica nas Secretarias de Educação para gerir a Política em regime de colaboração, além da elaboração de planos de intervenção pedagógica e materiais para desenvolvimento da Política nas redes de ensino
- **Material didático:** Confecção, seleção, distribuição e monitoramento da entrega do material didático alinhado ao currículo
- **Formação:** Formação da rede estadual e multiplicação para rede municipal
- **Avaliação:** Desenho e implementação de sistema de avaliação processual diagnóstica e externa

## 3 Governança e cooperação

- **Governança participativa:** Desenho e implementação da Governança entre Estado e Municípios
- **Cooperação técnica e financeira:** Elaboração de Leis de incentivo à cooperação técnica e financeira, como por exemplo, repasse do ICMS vinculado a resultado de aprendizagem, Lei de Incentivos e Bolsas

## 4 Monitoramento e comunicação

- **Monitoramento:** Elaboração de sistema de monitoramento do andamento e resultados da Política
- **Comunicação:** Desenho e implementação do plano de comunicação para engajamento e perenidade da Política

# Principais Atribuições de cada ente na Política

Fatores de sucesso	Atribuições MEC	Atribuições Estado	Atribuições Município
<b>Recursos Pedagógicos Essenciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar na implementação da BNCC</li> <li>Apoiar, caso necessário, o planejamento da formação (modelos de formação) envolvendo Estados e Municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Readequar o currículo (ProBNCC)</li> <li>Elaborar e distribuir e monitorar a entrega do material didático</li> <li>Ofertar a formação de professores (rede estadual e municipal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Auxiliar na elaboração do currículo</li> <li>Acompanhar a entrega de materiais nas escolas</li> <li>Aplicar os planejamentos pedagógicos nas escolas</li> <li>Apoiar a participação da formação</li> </ul>
<b>Monitoramento e avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar avaliações nacionais (SAEB/ ANA)</li> <li>Realizar ou induzir diagnóstico alfabetização e RC</li> <li>Apoiar para que Estados realizem avaliações estaduais</li> <li>Desenvolver sistema de monitoramento e tratamento de resultados relacionados ao Regime de Colaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar diagnóstico de alfabetização</li> <li>Realizar diagnóstico de Regime de Colaboração</li> <li>Elaborar e aplicar avaliações estaduais de alfabetização (impacto e processual)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar diagnóstico de alfabetização</li> <li>Monitorar a proficiência dos alunos</li> <li>Realizar e monitorar as ações da política</li> </ul>
<b>Cooperação e incentivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecer recursos para Estados que aderirem à política nacional</li> <li>Ofertar ferramenta de cálculo de ICMS para Estados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar leis e incentivos (por exemplo: ICMS, Escola que Colabora, Município que Colabora)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar tecnicamente as escolas e/ou Municípios parceiros para o atingimento da meta de alfabetização (Escola e ou Município que Colabora – Premiação e execução da política)</li> </ul>
<b>Governança Participativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturar a governança no âmbito nacional (MEC, CONSED e UNDIME, CNE) para acompanhar a política e tomada de decisões estratégicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar e implementar comitê de gestão estadual (Secretário Estadual e Undime)</li> <li>Criar comitê regional de governança com técnicos da secretaria e regionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar dos Comitês regionais de governança</li> </ul>
<b>Engajamento pelo diálogo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar ações de mobilização</li> <li>Divulgar resultados da Avaliação Nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar os resultados das avaliações</li> <li>Organizar fóruns de discussão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compartilhar os resultados das avaliações</li> <li>Participar de fóruns de discussão</li> </ul>
<b>Compromisso técnico e político</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar tecnicamente na gestão dos atores da política (modelo de atribuição e perfil dos atores envolvidos na política)</li> <li>Assinar Termo de Parceria com governadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Designar coordenadores estaduais</li> <li>Apoiar tecnicamente o envolvimento da alta gestão do Estado</li> <li>Assinar Termo de compromisso com Municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinar Termo de compromisso com os Estados</li> <li>Disponibilizar equipes técnicas para implementação da política</li> </ul>

# Para que a Política alcance seu objetivo, a engrenagem entre MEC, Estados e Municípios deve rodar de maneira sincronizada

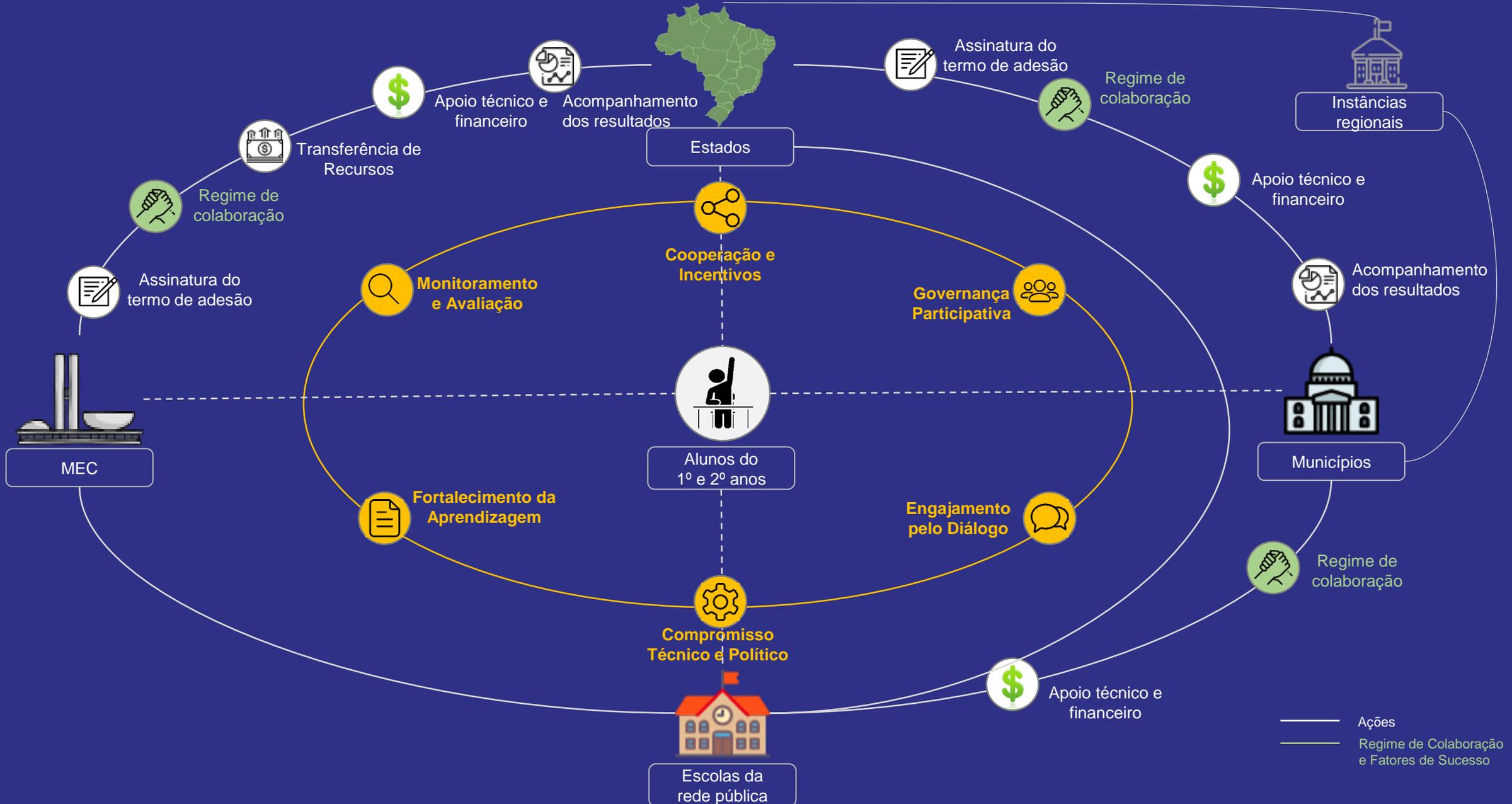
1. Indução da Política
2. Construção de mecanismos e critérios de adesão e cooperação
3. Diagnóstico de alfabetização e colaboração
4. Definição de estrutura de custos e financiamento
5. Avaliação da política em nível nacional
6. Termo de Parceria entre MEC e Estados
7. Apoio técnico a Estados prioritários

18. Execução da política
19. Formação de professores/diretores
20. Participação de encontros e facilitador de avaliações



8. Aplicação do Diagnóstico junto aos Municípios
9. Articulação e plano de Comunicação entre entidades (CONSED, UNDIME, secretarias municipais)
10. Monitoramento e acompanhamento da execução da política
11. Termo de Parceria entre Governos e Municípios
12. Formação de formadores e multiplicadores
13. Distribuição de material
14. Criação de mecanismos de cooperação (Escola que Colabora)
15. Elaboração PL (Decreto) ICMS
16. Desenho e implementação da governança
17. Eventos de Engajamento

# Funcionamento da Política em uma imagem



# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização

## Estrutura da Política

## Critérios de Elegibilidade e Adesão

## Governança

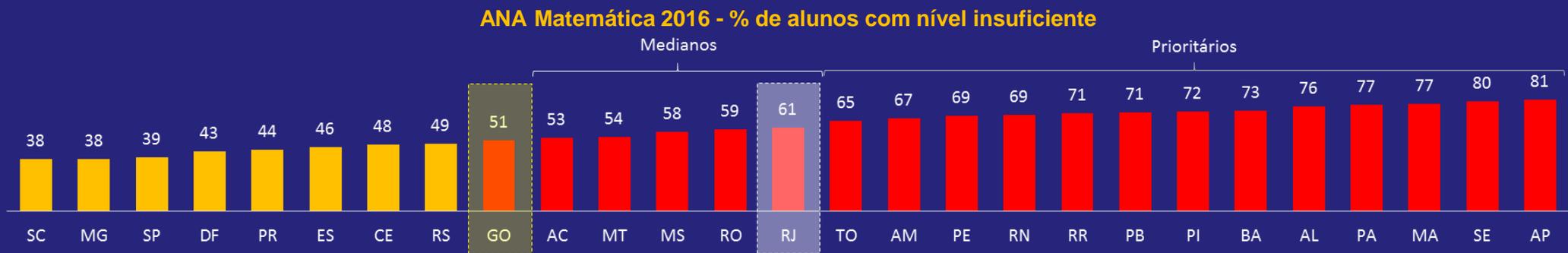
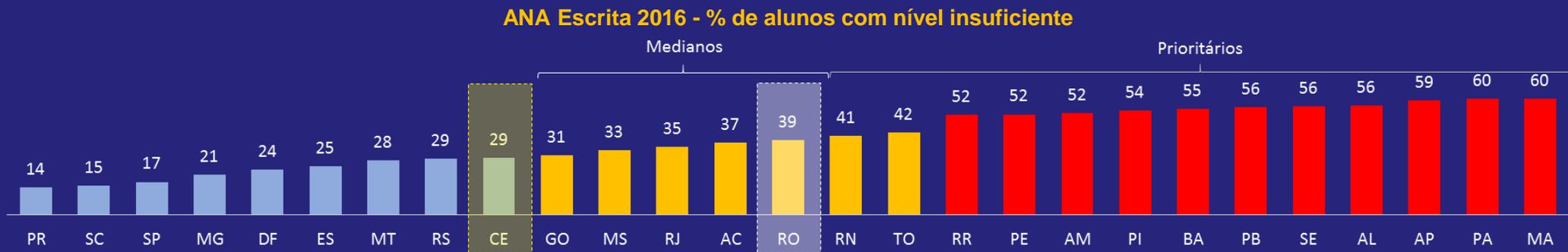
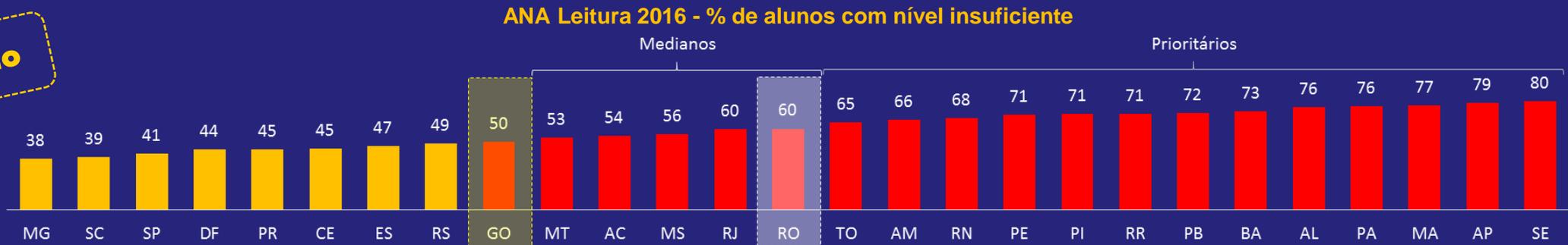
## Monitoramento e Avaliação

## Financiamento

Para eleger os Estados prioritários que deverão receber maior apoio técnico e financeiro da União para a implementação da Política Nacional de Alfabetização, recomenda-se que sejam avaliados critérios técnicos com base em resultados já avaliados, como a Avaliação Nacional de Alfabetização e/ou o IDEB.

# Um dos critérios de elegibilidade à política pode ser baseado nos resultados de alfabetização do Estado

**Exemplo**



Fonte: INEP – Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

■ Acima de 50%   
 ■ Entre 30% e 50%   
 ■ Abaixo de 30%   
 ■ Mediana   
 ■ 1/3 do número de Estados

# Diferentes critérios de elegibilidade trazem cenários distintos

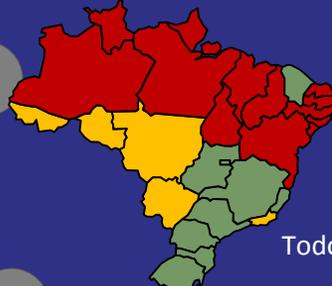
Exemplo



Análise dos critérios para elegibilidade dos Estados

Definição dos Cenários

1



Todos os Estados

2



Estados prioritários

3



Estados prioritários e medianos

4

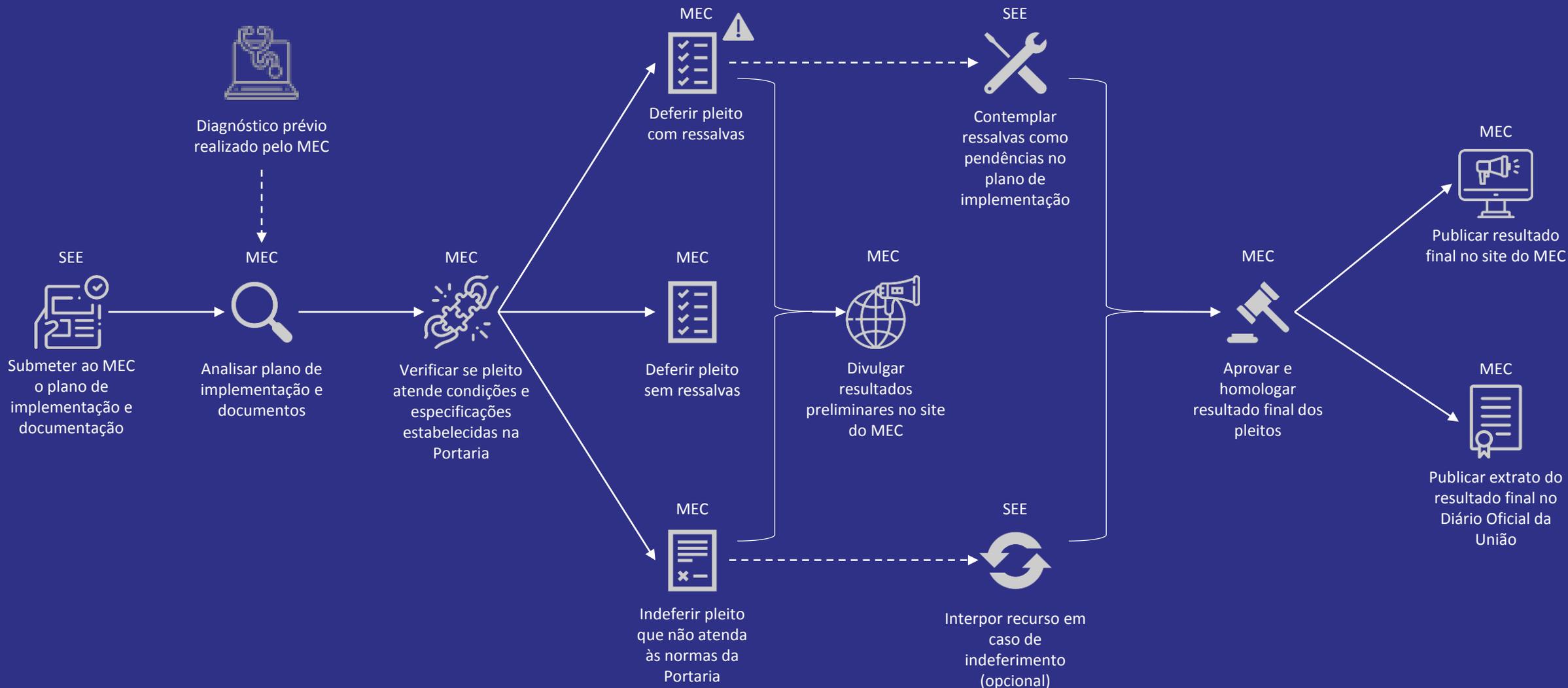


Estados prioritários, medianos e Municípios prioritários

Legenda: ■ Estados prioritários ■ Estados medianos ■ Demais Estados ■ Estados não contemplados no cenário ● Municípios prioritários dos demais Estados

# Uma vez definido quais Estados são elegíveis, deve-se iniciar o processo de Adesão

## Fluxo proposto da análise técnica e do deferimento para adesão à Política Nacional de Alfabetização



# A 1ª etapa do processo de Adesão é a apresentação pelos Estados de um Plano de Implementação



A documentação enviada pela SEE ao MEC deve conter



Diagnóstico da Alfabetização e Regime de Colaboração



Plano de Trabalho



Lista de Municípios Aderentes e/ou com Pretensão de Adesão



Desembolso Orçamentário



Datas

# Exemplo de Plano de Implementação a ser solicitado

Exemplo

## Detalhamento de Plano de Trabalho

Fatores de Sucesso	Ações	Data	Contrapartida Estado	Contrapartidas Municípios
<b>Recursos Pedagógicos Essenciais</b>	Elaborar currículo alinhado a BNCC	xx/xx/xxxx		
	Alinhar o material didático ao currículo			
	Distribuir o material didático aos Municípios e escolas			
	Formar coordenadores e diretores			
	Formar dos formadores e docentes/ professores			
<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Realizar diagnóstico da alfabetização na idade certa nos Municípios e RC			
	Aplicar o sistema de avaliação estadual aos Municípios			
	Parametrizar o sistema de avaliação estadual ao currículo estadual			
	Implantar um sistema de gestão junto aos Municípios			
	Monitorar o regime de colaboração junto aos Municípios			
<b>Governança Participativa</b>	Comunicar com as entidades regionais			
	Adequação da frequência de comunicação com as regionais			
	Efetuar reuniões com Municípios frequentemente ( governança participativa)			
	Formar equipe da SEE responsável pela governança com regionais e Municípios			
	Visitar as SMEs para acompanhamento das formações			
Realizar acordo de cooperação entre Estados e Municípios				
<b>Engajamento pelo Diálogo</b>	Realizar um canal e plano de comunicação junto aos Municípios			
	Publicar os resultados das avaliações			
	Realizar eventos de engajamento e compartilhamento de resultados			
	Envolver da Undime, Associações, outras secretarias estaduais e municipais			
<b>Cooperação e Incentivos</b>	Estruturar mecanismos para incentivos e indução da cooperação entre Municípios			
	Estruturar mecanismos para incentivos e indução da cooperação entre escolas			
	Estruturar mecanismos para incentivo direto aos Municípios que atinjam suas metas			
	Estruturar mecanismos para incentivo direto às escolas que atinjam suas metas			
<b>Compromisso Técnico e Político</b>	Estruturar um PL ou Lei de Política Colaborativa com os Municípios			
	Disponibilizar equipes técnicas			

# O Plano de Implementação também deve conter a proposição de equipe para gerir a política

Plano de Trabalho – Proposição de Equipe para fazer gestão da Política

Exemplo

Plano de trabalho



Proposição e possibilidades de equipe para fazer a gestão da Política Nacional

**1ª Possibilidade:** Equipe exclusiva para a Política

A Secretaria Estadual de Educação poderá contar com uma equipe de implementação da Política Nacional de Alfabetização, constituída por:

- Coordenador geral responsável pela articulação com as entidades e gestão dos demais atores
- X Pessoas com conhecimento pedagógico
- X Pessoas com conhecimento em gestão

**2ª Possibilidade:** X Pessoas da equipe da SEE proporcional ao número de Municípios por Estado

**3ª Possibilidade:** Equipe compartilhada com Gestão BNCC e Educação Infantil, por exemplo.

**4ª Possibilidade:** Parte Equipe (recurso humano do Estado) x parte Equipe (recurso humano dos Municípios, com expertise em alfabetização)

# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização

 **Estrutura da Política**

 **Critérios de Elegibilidade e Adesão**

 **Governança**

 **Monitoramento e Avaliação**

 **Financiamento**

# A Governança da Política envolve representantes das 3 esferas

## Proposta de Governança

	Envolvidos	Frequência Sugerida	Atribuições/Ações
Comitê Nacional	MEC, CONSED, Undime e CNE	Semestral	Avaliar a Política em âmbito nacional, gerir as avaliações e definir plano de comunicação de resultados.
Comitê Estadual	Secretário Estadual, Undime entre outros	Bimestral	Monitorar ações e status da Política Elaborar estratégias de correção de rota Acompanhar resultados
Comitê Regional	Representantes das Instâncias Regionais, da Secretaria Municipal de Educação entre outros	Mensal	Apoiar a implementação da Política, fortalecer as ações em cada entidade representativa e junto a sociedade, divulgar as ações da Política relacionadas a execução e resultados, monitorar as ações.
	Comitês/Encontros a serem conforme realidade e especificidade local		

# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização

 **Estrutura da Política**

 **Critérios de Elegibilidade e Adesão**

 **Governança**

 **Monitoramento e Avaliação**

 **Financiamento**

# É fundamental que a política já seja criada com ampla estrutura de Monitoramento e Avaliação

## Sugestão de critérios para monitoramento e permanência na Política

<b>Marco Legal</b> 	Vigência do Marco Legal em forma de Lei Estadual (Leis institucionalizadas)	<b>Alunos</b> 	Percentual mínimo de alunos atendidos pela Política nos âmbitos municipal e estadual
<b>Plano de implementação</b> 	% de Execução do plano de implementação	<b>Formação de docentes</b> 	Percentual mínimo de formação de docentes na Política anualmente
<b>Prestação de contas</b> 	Prestação de contas do Estado	<b>Avaliações</b> 	Realização das avaliações e resultados estaduais Realização de avaliação formativa x resultado por descritor x devolutiva para docentes



**Objetivo principal a ser monitorado:**

Elevar o resultado do componente de proficiência da Avaliação Nacional da Alfabetização em relação aos resultados anteriores.

# Estrutura da Política Nacional de Alfabetização

 **Estrutura da Política**

 **Critérios de Elegibilidade e Adesão**

 **Governança**

 **Monitoramento e Avaliação**

 **Financiamento**

# O fluxo de financiamento da Política deve ser via Secretarias Estaduais

## Proposta de fluxo de financiamento e estrutura de pagamentos



# 2.1

**MUDANÇAS NORMATIVAS  
RECOMENDADAS / POSSÍVEIS**

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Lei – Reconhecimento das Escolas  
com Melhores Resultados nos Índices  
de Educação (padrão mínimo MEC)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Lei – Reconhecimento das Escolas  
com Melhores Resultados nos Índices  
de Educação (padrão mínimo MEC)

Lei - Critérios de Reconhecimento:  
Elegibilidade, Contemplação e  
Execução (se possível, Decreto)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Lei – Reconhecimento das Escolas  
com Melhores Resultados nos Índices  
de Educação (padrão mínimo MEC)

Lei - Critérios de Reconhecimento:  
Elegibilidade, Contemplação e  
Execução (se possível, Decreto)

Lei - Incentivo Financeiro aos  
Municípios em Função dos Índices da  
Educação (ex: ICMS no Ceará)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Lei – Reconhecimento das Escolas  
com Melhores Resultados nos Índices  
de Educação (padrão mínimo MEC)

Lei - Critérios de Reconhecimento:  
Elegibilidade, Contemplação e  
Execução (se possível, Decreto)

Lei - Incentivo Financeiro aos  
Municípios em Função dos Índices da  
Educação (ex: ICMS no Ceará)

Lei - Critérios de Apuração dos Índices  
da Educação (se possível, Decreto)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

# Principais mudanças normativas necessárias

MEC  
(União)

Normativo: Regulamentação da  
Política Nacional de Alfabetização

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Estados)

Secretarias Estaduais de  
Educação  
(Estados)

Assinatura do Termo de Adesão (Adesão dos Municípios)

Lei – Reconhecimento das Escolas  
com Melhores Resultados nos Índices  
de Educação (padrão mínimo MEC)

Lei - Critérios da Premiação:  
Elegibilidade, Contemplação e  
Execução (se possível, Decreto)

Lei - Incentivo Financeiro aos  
Municípios em Função dos Índices da  
Educação (ex: ICMS no Ceará)

Lei - Critérios de Apuração dos Índices  
da Educação (se possível, Decreto)

Secretarias Municipais de  
Educação  
(Municípios)

• Leis condicionantes à adesão  
do Estado à Política

• Leis recomendadas ao Estado  
aderente à Política

Para regulamentar as mudanças propostas e instituir a Política Nacional de Alfabetização em Regime de Colaboração, sugere-se as seguintes mudanças normativas nos respectivos atores que a implementarão.

**2.2**

**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

# Estimativa Orçamentária

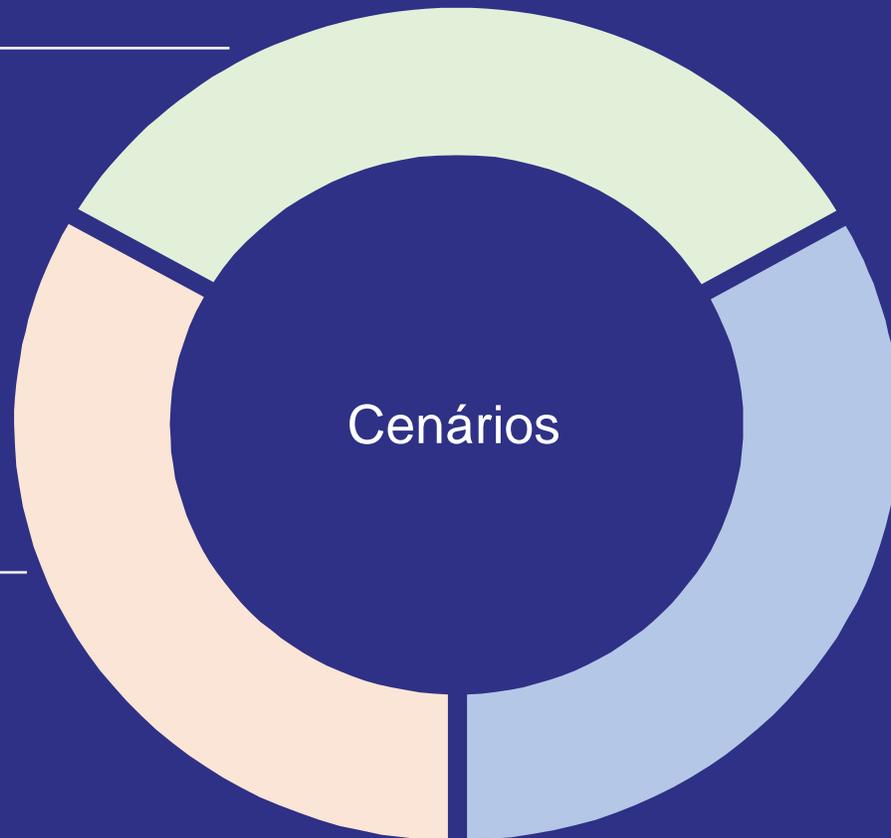
Foram elaborados quatro cenários do custo total da Política Nacional de Alfabetização com base na análise das seguintes informações:



Nº de Alunos total para 1º e 2º ano das escolas da rede pública de 2017



Resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) 2016



Custo médio/ aluno (2012 – 2014) do Ceará, corrigido pela inflação.

# Estimativa Orçamentária

## Etapas do cálculo do orçamento total da Política para escolas da rede pública:

### Cálculo custo médio do programa por aluno do Ceará:

1º



Orçamento médio anual (2012 a 2014) do PAIC no Ceará, corrigido pela inflação até 2018.



Nº alunos total médio anual (2012 a 2014) do 1 e 2º anos das escolas municipais do Ceará



Cálculo do custo médio por aluno

### Cálculo custo total da Política por Estado:

2º



Nº alunos total do 1 e 2º anos das escolas da rede pública por Estado de 2017



Custo médio por aluno calculado (base PAIC/Ceará)



Custo total anual para alunos do 1º e 2º anos das escolas da rede pública por Estado

### Cálculo custo total da Política com incremento para Estados Prioritários com base na ANA:

3º



Identificação dos Estados Prioritários baseados no resultado da ANA



Cálculo do incremento para Estados prioritários  
Valor do incremento -> 10%



Custo total anual para alunos do 1º e 2º anos das escolas da rede pública por Estado com incremento

# Estimativa Orçamentária

Levantamento de dados do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental das escolas da rede pública por Estado para 2017



# Estimativa Orçamentária

Cenários para cálculo do orçamento total da Política Nacional de Alfabetização para escolas da rede pública:



Análise dos critérios para elegibilidade dos Estados

Definição dos Cenários

1



Todos os Estados



Nº total alunos

4,2 milhões

2



Estados prioritários



Nº total alunos

1,3 milhões

3



Estados prioritários e medianos



Nº total alunos

1,8 milhões

4



Estados prioritários, medianos e Municípios prioritários



Nº total alunos

2,2 milhões



Custo total anual

**R\$ 1,1 bilhões**

Inclui o incremento de 10% aos Estados prioritários



Custo total anual

**R\$ 370 milhões**

Inclui o incremento de 10% aos Estados prioritários



Custo total anual

**R\$ 500 milhões**

Inclui o incremento de 10% aos Estados prioritários



Custo total anual

**R\$ 600 milhões**

Inclui o incremento de 10% aos Estados e Municípios prioritários

# 2.3

**PRIMEIROS PASSOS**

# Primeiros Passos

## Cronograma Macro

2019



### AGENDA DE 100 DIAS

- Formação das equipes
- Diagnóstico da Alfabetização e Regime de Colaboração
- Elaboração do normativo

Elaboração dos Planos de Implementação  
(Responsabilidade dos Estados)

Adesão de Estados e Municípios

Estruturação LDO 2020

 Aprovação

 MEC

# Primeiros Passos

## Plano de 100 dias – Detalhamento

Atividades	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril	
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	S13	S14
<b>Formação de Equipes</b>														
Formar equipe para implementação e acompanhamento da Política	■													
Detalhar papéis e responsabilidades de cada ator e entidade	■													
Estabelecer relacionamento entre a equipe da Política e a SPO/MEC	■													
<b>Diagnóstico da Alfabetização e Regime de Colaboração</b>														
Construir modelo de diagnóstico de alfabetização e Regime de Colaboração e disponibilizar aos Estados	■													
Realizar o Diagnóstico da Alfabetização (responsabilidade dos Estados)	■													
Realizar o Diagnóstico do Regime de Colaboração (responsabilidade dos Estados)	■													
<b>Elaboração do Normativo</b>														
Construir o normativo	■													
Construir critérios de elegibilidade	■													
Desenhar cenários de implementação vs orçamento disponível	■													
Analisar fontes e mecanismos de transferência de recursos da Política	■													

# Grupo de discussão: Educação Já – Alfabetização



**Carlos Eduardo Sanches:** foi secretário municipal de educação de Castro (PR), presidente da Undime Paraná e da Undime Nacional (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).



**Haroldo Rocha:** foi secretário estadual de educação do Espírito Santo em duas gestões e foi secretário municipal de planejamento de Vitória.



**João Marcelo Borges:** é diretor do Todos Pela Educação. Já atuou no BID e no Banco Mundial, além de ter experiência prévia no Ministério do Planejamento e na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.



**Maurício Holanda:** foi secretário municipal de educação do Município de Sobral (CE) e secretário adjunto de educação do Ceará. Atua como consultor legislativo da Câmara dos Deputados.



**Teresa Pontual:** foi diretora na secretaria de educação básica do MEC e atuou nas secretarias de educação de Salvador e do Rio de Janeiro. É atual gerente executiva do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV.



**Washington Bonfim:** foi Secretário de Educação e de Planejamento de Teresina (PI). Atua como especialista em Gestão Pública da Comunitas.



**EDUCAÇÃO JÁ!**

---